

PRA CÊ ENXERGAR O QUE EU VEJO, SÓ SE TIVESSE OS MEUS OLHOS: A produção epistêmica e a epistemologia feminista negra

Steffane Santos¹

Resumo: A presente comunicação objetiva apresentar a perspectiva da produção epistemológica, explorando como esta se perpetua sob legado de um grupo dominante. Abordando esta dimensão e assim, suscitando caminhos contra-hegemônicos da produção do conhecimento. Partindo do pressuposto que uma epistemologia dominante impera sob a produção epistêmica e suprime formas contra-hegemônicas. Alicerçando a perspectiva falaciosa que aponta para um único modo de validação epistêmica. Assim, compreender a potencialidade de epistemologias alternativas como a epistemologia feminista negra, incorpora a multimendionalidade da produção do conhecimento.

Palavras-Chave: Epistemologia; Epistemologia Feminista Negra; Produção Epistêmica.

INTRODUÇÃO

A cosmologia do colonialista é euro-cristã-monoteísta
e a nossa é afropindorâmica-pagã-politeísta.
- Antônio Bispo do Santos (2019)

Há muitas formas de se produzir conhecimento. Não obstante, o racismo e a colonialidade, que perpetuaram processos coloniais para além da circunscrição a um período histórico, inauguram modos de organização social alicerçados sob a dominação a partir da colonialidade do poder. A colonialidade do poder aparece como um sistema de dominação que consiste na classificação social da população do globo através da invenção da raça, onde povos não brancos foram atribuídos a categorias de cor (QUIJANO, 2007; 2009).

A colonização despojou povos colonizados de seus saberes, tendo em vista que o processo colonial implicou a relação de coisificação do colonizado (CÉSAIRE, 1978), negando a humanidade de corpos não brancos. Instaurou um modelo de organização social baseada em monoculturas, postuladas a partir das percepções eurocêtricas.

Assim, monoculturas foram empregadas em sociedades colonizadas/ocidentalizadas, objetivando o uno como critério de significado para a condução e fundação das dinâmicas sociais. A produção do conhecimento estaria, portanto, reproduzindo parâmetros mono em seus modos de validação e produção e logo, relações de dominação e poder. Geni Núñez (2021) endossa que nessas monoculturas cria-se um eixo central que impede a possibilidade de simultaneidade de outras formas de visão de mundo, a

¹Mestre em Antropologia Social (PPGAn-UFGM). Doutoranda em Antropologia Social (PPGAn-UFGM). Bacharelada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contato: steffanespereira@gmail.com

partir da ideia de apenas um deus verdadeiro, uma sexualidade, um amor legítimo, entre outros, é válida.

A partir das contribuições de Linda Alcoff, Maria Aparecida Moura (2021) apresenta que a epistemologia da ignorância, “é um projeto epistêmico orientado à manutenção da branquitude como valor universal no contexto da produção e circulação do conhecimento” (MOURA, 2021, p. 2). A epistemologia da ignorância como um projeto epistêmico que objetiva a manutenção da branquitude como universal em um contexto de produção do conhecimento. Isto pontuado, me dedicarei neste ensaio a elucidar a operação da epistemologia dominante e apresentar formas contra-hegemônicas de produção do conhecimento para além do uno, bem como abordar a epistemologia feminista negra através de uma revisão bibliográfica.

O QUE É ESSA TAL DE EPISTEMOLOGIA?

A epistemologia se constitui de uma teoria abrangente do conhecimento, que é utilizada para investigar os padrões usados para avaliar o conhecimento. Abarca a dimensão do que caracteriza determinada informação como conhecimento, acentuando o motivo pelo qual acreditamos que, aquilo que acreditamos, é efetivamente legítimo e verdadeiro. Assim, a epistemologia envolve o porquê de acreditarmos em determinada coisa e porque ela poderia ser factualmente verdadeira. Está correlacionada diretamente a apontar o que é passível de ser legitimado e legítimo (COLLINS, 2019).

A existência da noção de epistemologia implica diretamente a existência de campos em disputa. E com isso, é possível visualizar dinâmicas de poder que se instauram sobre a epistemologia e visualizar uma hierarquia sobre quais conhecimentos podem ser tidos ou encarados como mais qualificados que outros, tendo em vista que ciência é poder. Dito isso, endosso a presença de uma epistemologia dominante, que se instaura nos modos de fazer epistemológico e que eleva a posição de algumas formas de produção de conhecimento diante de outras (HARAWAY, 1995).

Analogamente, se estamos dizendo da existência de uma hierarquia que agrega sobre si poder, enunciamos também quem são *detentorus* do poder, isto é, *detentorus* desse conhecimento. Grada Kilomba (2019) traz apontamentos sobre como o conhecimento está ligado ao poder e à autoridade racial quando tensiona:

Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (KILOMBA, 2019, p. 50)

O corpo situado como central para a produção do conhecimento é um corpo branco, cis-heterossexual, de classe privilegiada e/ou elite e que emerge sobretudo do eixo ocidental tanto geográfico, quanto epistemológico euro-norte-americano. Grupos dominantes são detentores e responsáveis pela validação do conhecimento no cerne desta epistemologia hegemônica. São responsáveis pois, na presença de hierarquias sociais, essas dinâmicas se perpetuam em um contexto de produção do conhecimento como em outras esferas da estrutura social. E sendo responsáveis, tornam a sua subjetividade única, suprimindo as demais (COLLINS, 2019; GOÉS, 2019).

Posto isto, essa epistemologia dominante passa a refletir diretamente os interesses políticos desse grupo, segundo Collins (2019). Assim, esta epistemologia está arraigada também a uma ótica positivista de consolidação da execução processual epistemológica, englobando a falácia do distanciamento entre sujeito e objeto tendo em vista que o sujeito masculino branco cis-heterossexual ocidental se colocou como universal (COLLINS, 2019).

Com isso, a epistemologia dominante passa a se colocar como única validada. E passa a ser utilizada como parâmetro para dizer o que não é passível de ser entendido como conhecimento a partir desse referencial.

Destarte, se estamos falando sobre uma única forma de produzir conhecimento legitimamente válido utilizada como padrão, isso significa que os demais modos epistemológicos de produção do conhecimento são, por sua vez, inválidos, ilegítimos. Isto é, são conhecimentos Outros. Submetidos à condição de outroridade trazida por Grada Kilomba (2019), enquanto condição daquilo com que a branquitude não quer se parecer, como materialização de seus aspectos reprimidos, e isto é antes de tudo uma condição primária da existência da branquitude para Kilomba.

A epistemologia dominante consolida binarismos diversos entre neutro e pessoal, objetivo e subjetivo, imparcial e parcial, racional e emocional (KILOMBA, 2019, p. 52). Desse modo, embasada sobre o racismo e a colonialidade, a epistemologia predominante suprime, desqualifica e deslegitima formas não hegemônicas de produzir, portar e reproduzir o conhecimento, tendo em vista que utiliza de suas formas de validação sob outras formas de

produção do conhecimento. Dois pesos, duas medidas, não é possível ou justo medir sob a mesma régua formas diferentes de se produzir conhecimento (SEGATO, 2012).

Mas afinal, quais são as formas hegemônicas, perpetradas pela epistemologia dominante para se produzir e reproduzir o conhecimento? Com o quê elas se parecem? Como são apresentadas? Os modos dominantes de se produzir passam sobretudo pela primazia dada à escrita. A perspectiva falaciosa que endossa que o conhecimento acadêmico, creditado a partir da dita objetividade científica e de bases positivistas, dispõe de maior veracidade sob outros modos de se produzir, seja academicamente ou a partir de outras formas de transporte do conhecimento. Esse conhecimento consolidado sob o mito da impessoalidade, se constitui como modelo a ser seguido e como conhecimento a ser entendido como factível (COLLINS, 2019).

Isso implica não apenas a desqualificação de modos não escritos de produção do conhecimento, mas a deslegitimação de conhecimentos produzidos por corpos subalternizados, isto é, não brancos, dentro dos espaços acadêmicos ou outros ambientes hegemônicos. Neste ponto, cabem algumas sinalizações.

Essa deslegitimação ocorre não apenas porque grupos não dominantes estão produzindo conhecimento, mas porque corpos não brancos são considerados sujeitos não cognoscentes pelo racismo e colonialidade e isto é colocado em curso pelo epistemicídio. Criado pelo sociólogo português Boaventura Souza Santos, mas ampliado e estendido na tese de doutoramento de Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio é o processo continuado de produção de indigência cultural sobre corpos subalternizados. A lógica de operação da desumanização de nossos corpos é estendida nessa direção.

Carneiro (2005) fala sobretudo, para além da desqualificação e legado de morte imbuído sob nosso conhecimento, mas da colocação de nossos corpos às margens da produção do conhecimento. Situando corpos negres e indígenas como não passíveis de deter ou produzir conhecimento, impedindo que nossos corpos possam ser considerados autoridades dentro dos modos de fazer epistemológico e epistêmico.

O epistemicídio apresenta a violência extrema que passamos dentro dos processos educativos na educação formal. No caso brasileiro, como traz Carneiro (2005), começa a atuar no impedimento de nosso acesso a esses espaços, não permitindo que cheguemos perto da possibilidade de considerar produzir conhecimento hegemônico.

Assim, atua como uma ferramenta da cosmovisão da epistemologia preponderante, delimitando também sobre qual conhecimento é relevante ser traduzido. Zora Neale Hurston

em seu texto “O que os editores brancos não publicarão” (2019), circulado originalmente em 1950, discorre sobre como os editores barram a publicação de escritoras negres. Hurston (2019) chega a apontar sobre como pessoas negras escolarizadas são tratadas como um problema para o campo editorial. Não querem que os assuntos que pensadoras negres e não brancos, em geral, sejam debatidos e circulem.

O texto de Hurston, embora escrito em 1950, enuncia o *modus operandi* do mercado editorial ainda na contemporaneidade, mais de 70 anos depois. A principal referência bibliográfica desta monografia, o livro “Pensamento feminista negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento” de Collins, bem representa um desses aspectos. Publicado em 1990, apenas foi traduzido para o português em 2019, 30 anos depois.

Em vista disso, o trabalho de Lélia Gonzalez, intelectual e ativista brasileira, e uma expoente do feminismo negro, precursora de contribuições diversas que anteciparam debates dentro das disputas acadêmicas, não dispunha de um livro que reunisse a sua gama de artigos, ensaios e intervenções até 2018, com a publicação de “Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa”.

Desse modo, ocorre dentro desses espaços o curso da violência epistêmica que aborda Gayatri Spivak (2010). O corpo subalternizado é silenciado quando não pode falar e ser lido, mas pode ser falado por outro, que fala de um lugar da geopolítica do conhecimento, com sua cara pálida masculina cis-heterossexual, que fala sobre corpos como o meu, nos aponta como objetos mas não ousa ter-nos enquanto sujeitos de nosso próprio discurso (KILOMBA, 2019), não como autoridade, como traz Jota Mombaça (2015).

O que estou dizendo, por fim, é que a epistemologia ocidental perpetrada por esses grupos dominantes que são, antes de tudo, racistas, suprimem nossa forma de produção do conhecimento até mesmo nos modos do colonizador, a partir da escrita. Não posso deixar de apontar aqui que este é o trabalho incansável que o coletivo que construo, Retomadas Epistemológicas, tem feito. O Retomadas Epistemológicas é um coletivo anti-epistemicídio, que nasceu em 2019 pela reivindicação de autoras negres e indígenas no currículo base do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Não apenas isto, mas também com a demanda para o corpo docente da oferta de disciplinas que abordem as relações étnico-raciais, questões acerca de gênero, entre outros.

O Retomadas Epistemológicas é uma importante ferramenta de luta, que interpela o campo de luta antirracista, visibilizando corpos subalternizados dentro da produção do conhecimento. Não posso deixar de trazer também sobre como o Retomadas inspira a

permanência de estudantes negres dentro da universidade quando coloca seus corpos como participantes da produção de saberes. Túlio Silva (2021) aborda em sua monografia intitulada “Professor, como assim você nunca leu Lélia Gonzalez?”: Trajetórias e narrativas do Coletivo Retomadas Epistemológicas”, onde o antropólogo e integrante do Retomadas aborda a história do coletivo. E eu só estou aqui e dizendo, porque o Retomadas existe e me trouxe até aqui.

Dito isto, nossos corpos são fadados ao silêncio. Somos constantemente evocados ao não dito. Tendo nosso conhecimento desqualificado. Porque, como aponta Kilomba (2019), nós temos falado e muito, mas nossas vozes têm sido sistematicamente cooptadas pela estrutura racista e sexista. Temos sido deslegitimados, mesmo quando nossas bocas conseguem fazer o movimento de abertura, nossas vozes não ecoam.

E é por isso que temos ido no caminho de superação da tradição do silêncio que nos convida Gloria Anzaldua (2009), tomando nossa voz. Tornando-nos sujeitos ao nosso próprio discurso. Estamos nos tornando eu. Rompendo com o corpo-objeto que queria que fôssemos, estamos tornando-nos corpo-sujeito, que é agente, presente e potente. Exatamente naquilo que Lélia Gonzalez (1984) nos diz, que o lixo vai falar e numa boa, quer vocês queiram ouvir ou quer não e em bom e alto pretuguês² (GONZALEZ, 1984; KILOMBA, 2019).

MODOS NÃO-HEGEMÔNICOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Como apresentado na seção anterior, a epistemologia dominante organiza os modos de produção do conhecimento e desqualifica produções que emergem de corpos não brancos, bem como desconsidera formas outras de se produzir conhecimento. Irei denominar essas formas outras, de formas contra-hegemônicas de produção do conhecimento.

Os modelos contra-hegemônicos que não se utilizam da escrita como forma primária de produção são diversos e multifacetados. Antônio Bispo dos Santos (2019), ao discutir sobre saber orgânico e saber sintético, aponta como a afirmação de que a academia produz ciência e as demais formas de produção do conhecimento são saberes populares ignora um vasto mundo de troca de conhecimentos consolidados a partir da experiência e da afetividade.

Mulheres têm construído formas diversas de produzir conhecimento a partir de suas vivências. Em diálogo com isso e pensando sobre uma epistemologia indígena, Célia Xakriabá (2018) aponta como as mulheres Xakriabá mobilizam outras formas para a

² Lélia Gonzalez endossa que o português falado no Brasil não dispõe de influência europeia, mas de influência africana e indígena e assim, o denomina pretuguês.

transmissão de saberes e práticas. São responsáveis dentro de suas aldeias por serem guardiãs de sementes, sendo responsáveis pela autonomia alimentar na terra indígena Xakriabá a partir das trocas e compartilhamentos de sementes por todo o território indígena.

Enquanto guardiãs de práticas, o barro ocupa um lugar importante no trabalho manual e de elaboração corporal, como aponta Xakriabá (2018). A construção de casas de barro que se desfazem entre quatro e seis anos é, antes de tudo, uma via de manutenção da continuidade do ensinamento dos modos de manuseio do barro.

Paralelamente, bell hooks (2019) conta de sua bisavó, Bell Blair Hooks, tecedora de colcha de retalhos, ensinou através da oralidade e da prática a sua filha, avó de Glória³, Sara Hooks Oldham como tecer e esta também se tornou uma tecedora de colchas de retalhos. A quem bell hooks chama cuidadosamente de “Baba”. Baba não lia nem escrevia, nem definia a si própria como artista.

As colchas produzidas por Baba traziam histórias. Na medida que as crianças foram crescendo e se desfazendo de determinadas roupas, Baba encontrou variedade de possibilidades de tecer suas colchas, trazendo aspectos diversos do que elas significam e também a história de cada uma delas:

[...] Era significativo ver Baba mostrando as colchas que fazia, contando a história de cada uma, conectando a história (o conceito por trás da colcha) e a relação dos tecidos escolhidos com a vida das pessoas. Embora não tenha chegado a terminá-la, ela começou a fazer uma colcha de pequenas estrelas com pedaços de vestidos de algodão usados por suas filhas. Juntas, examinávamos as peças e ela me contava sobre os detalhes, sobre o que minha mãe e as irmãs dela faziam quando usavam um vestido específico. Descrevia estilos de roupas e escolhas de cores particulares. Para ela, essas colchas eram mapas que traçavam o curso da nossa vida. Eram a própria história, assim como a vida sendo vivida (hooks, 2019, p. 241).

A tradição compartilhada através da oralidade, a mobilização da experiência e a construção de tessituras é algo presente nas trocas entre mulheres negras na família de bell hooks através do compartilhamento do saber manual da confecção de colchas de retalho. Que apresentaram importância maior do que cobrir nos dias frios uma família com dificuldades financeiras, mas que enunciam narrativas consolidadas sobre o que essas mulheres se transformaram e isso é uma fonte viva de saberes (hooks, 2019d).

Mulheres negras e indígenas têm consolidado saberes contra-hegemônicos e alicerçado pontes concretas para epistemologias anticoloniais. E com isso, eu trago a

³ Também nome de bell hooks.

epistemologia feminista negra, discutida aqui a partir das contribuições de Collins (2019), para pensar sobre como mulheres negras, como eu, são agentes da produção do conhecimento através de sua vida cotidiana em diversos aspectos.

DESLOCANDO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NEGRA

Pra cê enxergar o que eu vejo
Só se tivesse os meus olhos.
(Trófeu, Trecho de Tasha & Tracie -
James, Djonga, Febem, Pizzol, GustavoTreze,
Torres, DonCesão e Clara Lima [2019])

Mulheres negras a partir da música, afetividades, vivência em comunidade, literatura, entre outros, constroem um pensamento feminista negro (COLLINS, 2019). As nossas experiências, sobretudo em comunidade, são pontos fundamentais da consolidação da nossa consciência feminista negra. Essa consciência emerge, por sua vez, de nossa vida prática, em nossas casas, nos espaços que frequentamos e pelas vivências que adquirimos diariamente. A nossa consciência, de nosso corpo, enquanto corpo disposto de modo interseccional no mundo, no meu caso, uma mulher negra e bissexual, me fez experienciar as coisas atravessadas por essas dinâmicas.

Nossas ideias foram suprimidas pelos processos de validação do conhecimento dominante. Epistemologias diversas, dispõem de formas subjetivas de legitimação do conhecimento. Nossos parâmetros de validação não abarcam o mito da neutralidade e outras falácias, nós dispomos de formas próprias para ponderar o que pode ser apontado como legítimo (COLLINS, 2019).

A epistemologia feminista negra é parte do projeto político de justiça social, produto do pensamento feminista negro, para Collins (2019). É onde nós, mulheres negras, não somos objeto da produção do conhecimento, mas sujeitos. Somos também centrais. Agentes insubmissas da produção do conhecimento. Mobilizando desobediência epistêmica, desorganizando para organizar, a partir de nossas próprias postulações de validação. A experiência não é um problema, mas um ponto central para a consolidação dessa epistemologia. Ela inverte o prisma falacioso da epistemologia do colonizador e nos demarca como fonte de saberes em movimento.

Ainda à luz das contribuições de Collins (2019), a socióloga explora essa epistemologia, trazendo quatro pilares fundamentais que sustentam a epistemologia feminista negra: (1) A experiência como critério de significado; (2) O uso do diálogo na avaliação de

reivindicação de conhecimento; (3) A ética do cuidar: presença das emoções nos diálogos e (4) A ética da responsabilidade pessoal. Irei me dedicar a trazer apontamentos sobre cada um desses fundamentos.

O primeiro fundamento versa sobre a experiência como central para mulheres negras. Enquanto temos nossas experiências marcadas por opressões interseccionais, somos moldadas de uma maneira específica, tendo esta experiência enquanto caráter de manutenção de nossa própria sobrevivência estando em sociedades racistas e sexistas para Collins. A sabedoria é um ponto fundamental para nossa sobrevivência e o conhecimento emerge da experiência. Dessa maneira, a experiência é um critério de credibilidade para mulheres negras (COLLINS, 2019).

Mulheres negras, enquanto centrais em suas comunidades, compartilham suas experiências para auxiliar demais pessoas em sua teia de relações e consolidar redes de apoio. Este ponto, nos leva ao segundo pilar dessa epistemologia, que é o uso do diálogo na avaliação e na reivindicação de conhecimentos. As reivindicações que elaboramos não são isoladas de outros indivíduos, mas tecidas pela troca em comunidade segundo Collins. Na medida que estamos em comunidade, estando em conexão conseguimos criar pontes para reivindicar saberes⁴.

Outrossim, a terceira base da epistemologia feminista negra é a ética do cuidar, que incorpora as emoções, a empatia e a expressividade pessoal como parte do processo de validação do conhecimento. As nossas subjetividades, nossos sentimentos são mobilizados para esta validação. Os três elementos que compõem este terceiro pilar são: a ênfase dada à singularidade individual; a presença de emoções nos diálogos e, por fim, a capacidade de empatia. Coloca em xeque o embate de que o intelecto não agregaria pontos de confluência com o sentir:

No conhecimento baseado na separação, tenta-se isolar as ideias da personalidade do indivíduo, porque se considera que a personalidade envia as ideias. Em contraste, no conhecimento baseado na conexão, a personalidade contribui para as ideias do indivíduo, e a personalidade de cada membro do grupo enriquece o entendimento do grupo como um todo. O significado da singularidade individual, da expressividade pessoal e da empatia nas comunidades afro-americanas se assemelha à importância que algumas análises feministas atribuem à “voz interior” das mulheres (COLLINS, 2019, p. 422).

⁴ Collins (2019) salienta ainda que o uso do diálogo não deve ser confundido com debate de ideias contrárias e que dispõe de raízes profundas nas tradições orais de matriz africana e na cultura negra nas américas (COLLINS, 2019, p. 416-417).

As trocas e compartilhamentos consolidam a presença do que somos, trazendo consigo a responsabilidade pessoal, ao iniciarmos processos de reivindicação do conhecimento, nos tornamos responsáveis também por sua validação e autoridade a partir de uma ética que permeia a proposição dessas reivindicações (COLLINS, 2019).

O quarto e último pilar da epistemologia feminista é a ética da responsabilidade pessoal, que se apresenta não apenas nas reivindicações do conhecimento a partir de diálogos, mas também pela mobilização de mostrar como somos responsáveis frente a nossas reivindicações de saberes. O nosso contexto, as nossas experiências são cruciais, centrais e inseparáveis de nossas reivindicações de conhecimento. Para também esse pilar um campo ético, que está envolto no respeito da comunidade frente às questões morais e éticas de um indivíduo para a validação de seu discurso. Pessoas respeitadas comunitariamente terão suas ideias potencialmente mais respeitadas e abraçadas (COLLINS, 2019).

Os pilares da epistemologias feminista negra adentram os multilugares situados de onde mulheres negras produzem conhecimento. Angela Figueiredo (2020) ao nos propor uma epistemologia insubmissa feminista negra e decolonial, apresenta o que esta significa:

Nesse sentido, uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial é aquela que se rebela frente às normas previamente estabelecidas, rompendo fronteiras e colocando os sujeitos que historicamente estiveram à margem no centro da produção do conhecimento, no nosso caso em especial, colocando as mulheres negras no centro da produção. Essa proposta está em perfeita consonância com outras levadas a cabo pela perspectiva teórica decolonial e epistemologias outras. Quero dizer que é em diálogo com essas teorias que a produção de mulheres negras tem se articulando e formulado algo em direção ao que definimos como uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial (FIGUEIREDO, 2020, p. 20).

Somos nós e outros grupos subalternizados quem postulamos os modos de validação e adotamos operações decoloniais nos modos de fazer epistemológico. Estamos deslocando o modo mono de produzir o conhecimento e apresentando nosso conhecimento cotidiano como fonte de produção. Enquanto poetisas, contadoras de histórias, vivendo em comunidade e através da musicalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender e tensionar o modo hegemônico de produção do conhecimento, consolida um caminho a ser traçado para colocar em xeque monoculturas. Questionar o modo uno de

produção epistemológica apresenta uma via alternativa para enfrentamento do racismo e da colonialidade que se perpetua sob essa perspectiva.

Vislumbrar outros corpos como produtores do conhecimento, da luz para a expansão da dimensão epistemológica, sob o legado da descentralização. Não apenas mulheres negras são sujeitos da produção epistêmica, mas mulheres indígenas, corpos trans e não binários, comunidades quilombolas, povos de terreiro, povos ribeirinhos, entre tantos outros. Uma forma de traçar planos para contra-atacar é desapegar da ideia falaciosa de um modo mono de produção do conhecimento e que interpela por sua vez, um caminho de agenciamento ao epistemicídio.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação junto à Área Filosofia da Educação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1ª edição, 1978.

COLLINS, Patricia. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: **Boitempo**, 2019.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. Florianópolis: **Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

GOÉS, Jaqueline. Ciência sucessora e as epistemologias. Saberes localizados. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, vol. 27, n.1, 2019. e48373.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

hooks, bell. Heranças Estéticas: A história feita à mão. In. *Anseios: Raça, gênero e políticas culturais*. Editora Elefante. São Paulo: 2019.

HURSTON, Zora Neale. O que os editores brancos não publicarão. Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais. **Ayé: Revista de Antropologia**, n. 1, v. 1, 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar. *Medium*, Natal, v. 6, 2015.

MOURA, Maria Aparecida. (2021). Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: impactos na manutenção do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares. *Liinc Em Revista*, 17(2), e5789.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In. *Epistemologias do Sul*. (Org.) Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. janeiro. 2009.

_____. Colonialidade do poder, globalização e democracia. DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. Projeto Raúl Prebisch no. 6 (abril-junho 2007). Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2007.

SANTOS, Antônio Bispo. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2019.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, 2012.

SILVA, Tulio Henrique Gomes. “Professor, como assim você nunca leu Lélia Gonzalez?”: Trajetórias e narrativas do Coletivo Retomadas Epistemológicas. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 72. 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar?. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.

XAKRIABÁ, Célia. O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Brasília. 2018.

Artigo recebido em 25/07/2022.

Aprovado em 14/10/2022.